



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal **Filipe Martins** - PL/TO

COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 1.494, DE 2022

Altera o Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal, e dá outras providências para garantir ao militar reformado por invalidez, o direito de perceber remuneração integral condigna, em valor correspondente àquela que poderia ter alçado em razão do exercício da atividade interrompido por incapacidade permanente para o exercício da atividade militar.

Autor: Deputado NEREU CRISPIM

Relator: Deputado FILIPE MARTINS

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 1.494, de 2022, apresentado nesta Casa pelo ilustre Deputado Nereu Crispim, busca alterar o Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal, e dá outras providências, para garantir ao militar reformado por invalidez remuneração integral “em valor equivalente àquela fixada ao militar da ativa no último grau hierárquico do posto ou da graduação dos quadros da carreira militar a que pertence, independente da que possuir por ocasião da transferência para a inatividade remunerada, vedada a exigência de tempo mínimo de atividade para a garantia assegurada à concessão”.

Em sua justificação, argumenta-se que “A situação de transferência para inatividade remunerada por invalidez assemelha-se ao que o

Apresentação: 08/04/2025 20:08:01.323 - CPASF
PRL 1 CPASF => PL 1494/2022

PRL n.1



Câmara dos Deputados | Anexo IV - Gabinete 517 | CEP 70160-900 - Brasília/DF | Tel (61) 3215-5517
Tocantins: Whatsapp: (61) 99353-3325 - Whatsapp: (63) 98416-3060

Redes Sociais: @filipemartinsto - Site: www.filipemartinsto.com.br - E-mail: contato@filipemartinsto.com.br
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Filipe Martins



Superior Tribunal de Justiça definiu como a 'perda de uma chance', perda da possibilidade de se buscar posição mais vantajosa que muito provavelmente se alcançaria, não fosse a condição involuntária de que foi vítima". Pelo raciocínio desenvolvido pelo Autor do projeto, "a exegese reparatória não afasta a natureza do benefício previdenciário àquele que por motivo de invalidez é conduzido à inatividade e à perda do direito de progressão na carreira e aos direitos às respectivas remunerações condignas".

A matéria, que tramita em regime ordinário e sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, foi distribuída para as Comissões de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado; de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; de Finanças e Tributação (art. 54 do RICD); e de Constituição e Justiça e de Cidadania (art. 54 do RICD).

No primeiro colegiado a proposição foi aprovada, em complementação de voto, com emenda do relator.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O projeto de lei ora sob exame desta Comissão cuida da proteção social dos policiais e bombeiros militares em relação ao risco de incapacidade permanente para o desempenho de suas funções.

Conforme sublinhou o Deputado Nereu Crispim, "O benefício de aposentadoria por invalidez ou transferência para inatividade remunerada do militar reformado por invalidez visa substituir a remuneração do segurado que está total e definitivamente incapacitado para o exercício de atividade. Conceitua-se invalidez como incapacidade total, permanente e multiprofissional, insuscetível de tratamento e reabilitação".





Apresentação: 08/04/2025 20:08:01.323 - CPASF
PRL 1 CPASF => PL 1494/2022

Print 1





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Filipe Martins - PL/TO

valorizar e amparar policiais e bombeiros militares que, diariamente, a protegem. Neste sentido, reputamos acertada a medida que garante a remuneração do militar reformado por invalidez em valor equivalente à do ao Posto de Coronel, independentemente do tempo mínimo de permanência.

A incapacidade permanente para o desempenho de funções militares e policiais é um evento dramático e extremamente traumático tanto para o profissional dessa área quanto para sua família, podendo desestabilizar completamente suas vidas e sua programação financeira.

Portanto, o projeto sob apreço merece nossa aprovação, pois considera até onde, dentro do quadro de carreira ao qual pertence, o militar poderia ter chegado se não tivesse sido vitimado pelo evento que o incapacitou de forma tão determinante.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.494, de 2002, com a Emenda nº 1, da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Sala da Comissão, em de de 2025.

FILIFE MARTINS
Deputado Federal

Apresentação: 08/04/2025 20:08:01.323 - CPASF
PRL 1 CPASF => PL 1494/2022
PRL n.1

